

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estrutura Administrativa / Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, instituída pelo Decreto-Lei nº 778, de 21 de agosto de 1969, é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais e tem como atividade fim a promoção de conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, além de manter ampla e diversificada interação com a comunidade. Atualmente a estrutura institucional da UFOP é composta por 01 (uma) Unidade Gestora ativa (154046), investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

A UFOP é composta de 03 (três) *campi* com sede nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, todos no Estado de Minas Gerais.

1. Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade: Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011), NBC T 16.11, as NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 01 a 29, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª Ed – vigente para o exercício de 2021), o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto, além do Manual Técnico do Orçamento (MTO) do Governo Federal, além dos diversos normativos legais e infralegais relacionados.

As NBC TSP formam o conjunto de normativos contábeis adotados no Brasil, e sua implementação se deu através do processo de convergência às *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, e, a partir do ano de 2021, passaram a vigor as normas NBC TSP 16 a 26 convergidas.

As demonstrações contábeis materializam as informações de uma única unidade gestora vinculada à UFOP, e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

2. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três tipos de orçamento: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

2.1. Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFOP faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

2.2. Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto na UFOP quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias¹, isto é,

¹ Receitas Extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da **unidade de tesouraria**, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3. Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.4. Recursos Orçamentários (x) Recursos Financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

2.5. Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro

correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a obrigações resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores.

3. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto, como também nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

3.1. Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis da UFOP não apresentam registros em moeda estrangeira.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.3. Créditos de Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

3.4. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.5. Estoques

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo **valor de aquisição ou produção/construção**. O método para

mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o **custo médio ponderado**. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

3.6. Ativo realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. **É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção**. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e redução ao valor recuperável), disponível no portal da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não foram adotados por esta universidade. Diante disto, os bens móveis e imóveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão.

3.8. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, **são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção**, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

No âmbito da UFOP, a maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares, classificados como de “vida útil definida”, os chamados softwares de prateleira. Os ativos intangíveis da UFOP, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos **valores de aquisição ou de registro**.

3.9. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das **quotas constantes**.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Os intangíveis com vida útil definida passaram a ser classificados e controlados pela Instituição. O processo de amortização destes bens ocorre mensalmente conforme macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.10. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet² e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o **das quotas constantes**.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

3.11. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.12. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da Universidade Federal de Ouro Preto são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

² SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

3.13. Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. No âmbito da UFOP as provisões envolvendo as obrigações com folha de pagamento são efetivadas e controladas mensalmente.

3.14. Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

3.15. Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro

3.15.1. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a organização e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências

recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a organização, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

Portanto, variações patrimoniais não financeiras, como o reconhecimento da depreciação de bens móveis, a reavaliação de um ativo, ou a provisão de um passivo, configuram uma VPA ou VPD e desta forma, impactam no resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho para órgãos públicos, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

3.16. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da UFOP, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3.17. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFOP.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da UFOP, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial a posição patrimonial e financeira de uma organização em um determinado momento. Em sua estrutura estão apresentados os bens e direitos (ativos), exigibilidades e obrigações (passivo) e os recursos próprios (patrimônio líquido) à disposição da entidade.

Os ativos estão distribuídos nos grupos de ativos circulantes - com alta rotatividade e ativos não circulantes - realizável a longo prazo, imobilizado, etc. Os passivos da mesma forma, são agrupados em circulantes e não circulantes e demonstraram obrigações no curto e no longo prazo respectivamente. Já o patrimônio líquido apresenta o resultado do exercício (apurado na DVP) além dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

ATIVO CIRCULANTE

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla a disponibilidade de recursos financeiros em espécie e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda, e está segmentada em “Moeda Nacional”. Em 30/06/2021, esse grupo estava distribuído da seguinte forma:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	2.258.789,20	2.212.696,01	2,08
Limite de saque c/ vinc. Pagto – Ordem de Pagamento	31.003.483,21	26.419.701,29	17,35
Total	33.262.272,41	28.632.397,30	16,17

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O item mais representativo desse grupo foi a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de pagto”, que corresponde aos valores descentralizados por outros órgãos para o pagamento das despesas com pessoal do mês de fechamento do trimestre.

Já o item “Limite de saque com vinculação de pagamento” engloba os recursos descentralizados para suportar as demais despesas correntes e de capital da Instituição e houve o avanço no período.

Nota 02 –Créditos e valores a Curto Prazo

Tabela 2 –Créditos e valores a Curto Prazo (R\$)

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
13 Salário – adiantamento	4.427.499,83	2.190.147,97	102,16
Adiantamento de Férias	6.047.911,24	3.757.973,16	60,94
Salários e Ordenados	167.916,00	466.636,59	-64,02
Adiantamentos a Fornecedores	8.000,00	0,00	
Total	10.652.692,07	4.224.609,75	152,16

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

No primeiro semestre de 2021 houve crescimento no montante de créditos de curto prazo em relação ao encerramento do exercício de 2020. Neste exercício houve a apropriação da primeira parcela do 13º salário em junho/2021. Os créditos com folha de pagamento são cíclicos e os valores podem variar consideravelmente durante o ano, uma vez que elas acompanham o período de férias e outros eventos.

Nota 03 – Estoques

Os estoques da Universidade Federal de Ouro Preto são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades.

A conta “Almoxarifado – Consolidação” responde no primeiro semestre de 2021 pelo percentual de 99,60% do grupo, sendo que estes estoques estão registrados pelo custo médio ponderado.

Tabela 3 – Estoques - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	R\$ AH (%)
Mercadoria para venda e revenda	3.613,49	3.613,49	-
Almoxarifado - Consolidação	2.327.098,06	2.269.328,35	2,55
Outros Estoques – Consolidação	7.700,00	7.700,00	-
Total	2.338.411,55	2.280.641,84	2,55

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Ao analisar a conta de “Almoxarifado” em relação à 31/12/2020, percebe-se uma variação positiva que registra valores para suprimento das necessidades da UFOP, no que tange a estocagem e utilização de insumos. A conta “Almoxarifado – Consolidação” é uma conta sintética que é composta atualmente somente pela conta “Material de Consumo”.

A conta “Outros Estoques – Consolidação” apresenta valores de acertos que se encontram em trânsito no período, devendo ser objeto de conciliação quando ocorrer o inventário dos bens estocáveis.

Os saldos constantes no sistema interno de gestão de almoxarifado estão incorretos conforme evidenciado no relatório de inconsistências contábeis de 2020 (Processo SEI 23109.000198/2021-51). O sistema de gestão não atende satisfatoriamente aos critérios de mensuração dos itens cadastrados, tampouco o setor de almoxarifado efetuou a baixa dos itens que possuem saldos alongados, conforme reportado pelo setor de almoxarifado nos ofícios constantes no processo SEI 23109.001083/2020-51.

Cabe ressaltar que no exercício de 2020 o processo de Tomada de Contas do Almoxarifado não foi realizado, portanto, não houve a realização do inventário na UFOP durante os dois últimos anos. Está em curso um processo de tomada de contas que inicialmente estava programado para encerramento neste primeiro semestre de 2021, entretanto até o momento não foi concluído. Deste modo, tais contas não representam com exatidão a posição atual do estoque da Universidade. Fato reportado na declaração anual do contador de 2020.

Nota 04 – Créditos a Longo Prazo

Os créditos recebíveis a longo prazo são aqueles que não estão previstos de serem realizados até o encerramento do próximo exercício social, portanto, são créditos que a UFOP detém de terceiros sem a expectativa de recebimento no curto prazo.

Os grupos que compõem o ativo realizável a longo prazo da Instituição são: dívida ativa não tributária e depósitos judiciais. Ambos se referem a créditos que já estão pacificados, as fases recursais já foram superadas e o valor determinado.

No tocante ao recuo na posição de depósitos judiciais, destaca-se que houve a baixa de saldo na conta em decorrência da quitação e encerramento de contrato de despesa com empresa terceirizada.

Tabela 4 – Créditos a LP - Composição

	R\$		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Dívida Ativa Não Tributária	438.577,73	438.577,73	0
Depósitos Judiciais	129.958,70	247.670,23	-47,53
Total	568.536,43	686.247,96	-17,15

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nota 05 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2021, a UFOP apresentou variação negativa de 0,14% no ativo imobilizado em comparação ao exercício de 2020.

Quanto à depreciação dos bens móveis, os lançamentos são efetuados de acordo o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) enviado pela coordenadoria de patrimônio da universidade, sendo extraído do sistema interno de administração patrimonial (SAP). Já os bens imóveis no a depreciação é lançada de forma automática através do sistema de gestão de imóveis do governo federal SPIUNet.

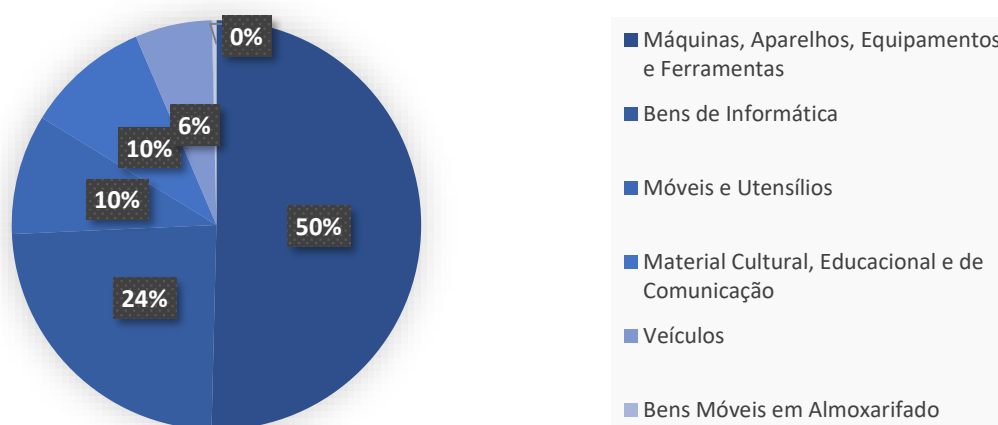
Tabela 5 – Imobilizado – Composição

	30/06/2021	31/12/2020	R\$ AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	121.792.475,97	121.073.401,57	0,59
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Móveis	(35.978.102,68)	(33.131.742,79)	8,59
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.117.549.751,14	1.117.033.456,91	0,05
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis	(8.898.515,80)	(8.864.446,34)	0,38
Total	1.194.465.608,63	1.196.110.669,35	-0,14

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Bens Móveis

Gráfico 1 – Bens Móveis – Composição



Fonte: SIAFI, 2021.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	30/06/2021	31/12/2020	R\$ AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	61.359.015,58	60.706.685,81	1,07
Bens de Informática	29.124.471,56	28.657.288,63	1,63
Móveis e Utensílios	11.542.407,62	11.232.295,53	2,76
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.941.588,42	11.716.572,30	1,92
Veículos	7.383.275,60	7.383.275,60	0,00
Bens Móveis em Almojarifado	88.751,28	88.751,28	0,00
Demais Bens Móveis	352.965,91	1.288.532,42	-72,61
Depreciação / Amortização Acumulada	(35.978.102,68)	(33.131.742,79)	8,59
Redução ao Valor Recuperável			
Total	85.814.373,29	87.841.658,78	-2,42

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Dos Bens Móveis registrados na UFOP, 50,38% são classificados como “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, sendo o maior subgrupo registrado na entidade. Deste subgrupo, as principais contas são:

Tabela 6.1 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

	R\$			
	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de medição e orientação	4.697.053,25	4.673.611,05	0,50	7,66
Equipam/utensílios médicos, odonto e hospitalar	46.522.538,43	46.066.104,22	0,99	75,82
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	3.375.547,27	3.345.609,14	0,89	5,50
Demais bens móveis	6.763.876,63	6.621.361,40	2,15	11,02
Total	61.359.015,58	60.706.685,81	1,07	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Neste subgrupo o aumento foi ocasionado por aquisições pontuais para a Instituição, além de recebimento de doações ou transferências de bens das fundações de apoio da Universidade, como a Fundação Educativa de Ouro Preto (FEOP) e a Fundação Gorceix.

Em termos de valores, o subgrupo que teve o maior incremento no período foi o de ‘material cultural, educacional e de educação’, um aumento de 1,07% em relação a 31/12/2020 derivado de acertos na classificação de ativos classificados anteriormente como ‘bens recebidos em comodato’.

Em relação ao subgrupo “Demais bens móveis” (Tabela 6), o decréscimo de 72,61% adveio do acerto por parte da setorial contábil da UFOP dos bens lançados nas contas de controle “Execução de Responsabilidade de Terceiros – 897210000”. Trata-se de acertos de lançamentos de exercícios anteriores quando do recebimento de bens móveis em cessão de uso, comodato ou em depósito e que não foram incorporados ao patrimônio da entidade à época. Sendo assim, estes bens foram detalhados e posteriormente conciliados nos subgrupos corretos do ativo conforme processo SEI 23109.001269/2021-33.

Ainda em relação aos bens móveis, cabe destacar que seu controle é feito pelo sistema de gestão elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da entidade, denominado SAP (Sistema de Administração Patrimonial), que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs e o plano de contas da União.

Devido a esta limitação, com intuito de adequar-se às exigências contábeis e às melhores práticas em gestão patrimonial, o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) foi contratado junto à SERPRO, por meio do termo de contrato 036/2019 firmado em 30 de julho de 2019, e deverá suceder o atual sistema. Faz-se necessário a implementação do sistema obrigatoriamente até o dia 01 de dezembro de 2021, conforme a portaria do Ministério da Economia nº 232 de 2 de junho de 2020.

A UFOP também não realizou nos últimos anos o inventário de bens móveis. Neste sentido a providência apresentada pela gestão da Instituição foi a assinatura do termo de contrato 040/2019, firmado junto à empresa Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial visando realizar os processos de inventário, avaliação e reavaliação de bens. Este contrato foi suspenso por ocasião da pandemia do coronavírus e foi retomado no mês de outubro/2020, e com isto, o cronograma de execução (que era de 180 dias a partir de fevereiro/2020) foi readequado, com o término estimado para 2021.

Diante do exposto, evidencia-se que as contas contábeis de bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais ainda não estão sendo adotados de forma adequada pela UFOP.

Bens Imóveis

Tabela 7 - Bens Imóveis – Composição

	R\$			
	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV (%)
Bens de Uso Especial – Registrados SPIUNet	1.009.267.365,51	1.005.574.117,99	0,37	91,91
Bens de Uso Especial – Não Registrados SPIUNet	19.421.723,56	23.390.410,57	0	1,77
Bens Imóveis em Andamento	85.345.724,46	84.553.990,74	0,94	7,77
Instalações	1.870.955,10	1.870.955,10	0	0,17
Demais Bens Imóveis	1.643.982,51	1.643.982,51	0	0,15
Depreciação / Amortização Acumulada	(8.898.515,80)	(8.864.446,34)	0,38	
Total	1.108.651.235,34	1.108.169.010,57	0,04	100

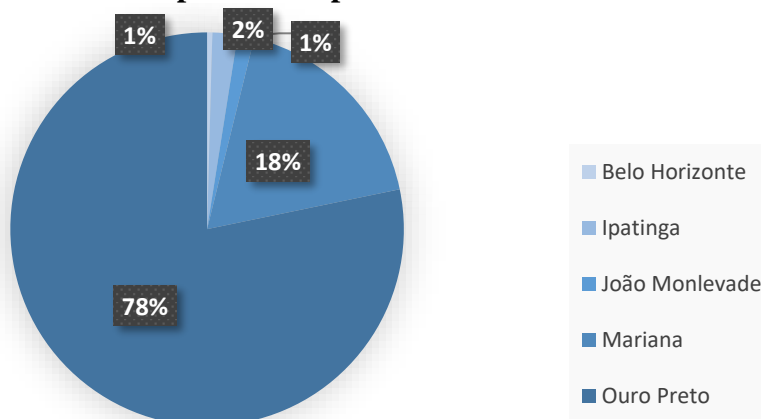
Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Os Bens de Uso Especial representam o maior grupo de bens imóveis e é constituído de “Imóveis de Uso Educacional”, que representa 100% desse valor (R\$ 1.028.689.089,07). Essa conta sofreu alteração significativa no ano de 2020 devido à baixa de saldo parcial da conta ‘obras em andamento’. Obras estas que apesar de estarem concluídas, estavam pendentes de conciliação no sistema até o último exercício.

Os bens de uso especial não registrados no SPIUNet, se referem a obras finalizadas, conciliadas pela contabilidade em 2020, mas que não possuem o devido registro documental para a inclusão no SPIUNet. O saldo apresentado permanecerá segregado dos bens registrados e não sofrerá amortização até que a Coordenação de Patrimônio proceda à regularização fundiária dos imóveis.

Atualmente, a Universidade possui 69 Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP) cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), sendo um imóvel situado em Belo Horizonte, um em Ipatinga, dois em João Monlevade, quatro em Mariana e outros 61 na cidade de Ouro Preto.

Gráfico 2 - Bens Imóveis SPIUNet por Município



Fonte: Coordenadoria de Materiais e Patrimônio, 2021.

Ainda em relação aos bens imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União (SPU) de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

Quanto aos “bens imóveis em andamento”, cabe relatar que este valor em sua maioria está pendente de conciliação, uma vez que as obras já foram concluídas. Essa conta é composta dos seguintes itens:

Tabela 8 - Bens Imóveis em Andamento – Composição

Descrição	R\$	
	30/06/2021	AV(%)
Obras em andamento	78.189.877,86	91,54
Estudos e Projetos	4.041.507,28	4,78
Almoxarifado de Inversões Fixas	3.114.339,32	3,68
Total	85.345.724,46	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Durante o exercício de 2020 a Coordenadoria de Contabilidade realizou o levantamento dos saldos, criação e atualização da inscrição genérica de individualização de imóveis e projetos. Desta forma, os saldos contábeis da conta “obras em andamento” já foram devidamente detalhados e individualizados, sendo aberto o processo SEI nº 23109.001283/2020-56 com a finalidade de realizar o acerto destas contas.

O processo foi remetido ao setor de Engenharia da UFOP que realizou o levantamento das obras concluídas e retornou para a contabilidade os termos de recebimento para a conciliação dos saldos alongados desta conta. Mesmo com o saneamento parcial desta conta, o saldo existente ao final do primeiro trimestre é constituído, em sua maioria, por obras já concluídas e sem identificação do termo de recebimento da obra pelo setor de Engenharia da Instituição.

As obras efetivamente concluídas, e sem localização do termo de encerramento, serão identificadas durante o exercício de 2021 com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de conciliação.

Conclui-se, portanto, que esses registros não representam com fidedignidade a situação patrimonial da UFOP, pois carecem das devidas conciliações.

Nota 06 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O intangível reconhecido no balanço patrimonial da Universidade Federal de Ouro Preto é composto por “Softwares”. Estes bens estão registrados no SIAFI e são classificados como sendo de vida útil definida ou de vida útil indefinida.

Em 30/06/2021 a UFOP apresentou acréscimo de 6,10% em valores de softwares, proveniente da incorporação de software por meio de aquisição.

Tabela 9 – Intangível – Composição

	R\$			
	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	1.304.384,83	1.304.384,83	0	88,52
Software com Vida Útil Indefinida	169.165,03	86.165,03	96,33	11,48
Amortização Acumulada	(773.992,86)	(690.838,30)	12,04	
Total	699.557,00	699.711,56	-0,02	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Quanto ao registro da amortização acumulada dos ativos intangíveis e, em conformidade com o MCASP e a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, a Instituição estabeleceu o controle dos saldos da amortização desses ativos. Apesar de o sistema interno de controle patrimonial não possuir parâmetros para esses registros, a Coordenadoria de Assuntos Patrimoniais – CAP, em conjunto com a setorial contábil, elaboraram controle sistematizado para conciliar a amortização de intangíveis. Por outro lado, a UFOP não realiza o teste de *impairment* dos ativos intangíveis e ainda não há uma metodologia definida na Instituição para a realização de tal teste.

Pelo exposto, é possível afirmar que os saldos de ativos não circulantes constantes no balanço patrimonial da UFOP **não refletem integralmente a realidade patrimonial**, pois os procedimentos patrimoniais necessários ainda não estão sendo adotados de forma adequada por esta Instituição.

PASSIVO CIRCULANTE

Nota 07 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição

	R\$		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Aluguéis	51.606,90	212.995,20	-75,77
Fornecimento de Bens	245.805,15	604.234,01	-59,32
Serviços	33.958.072,02	30.334.542,29	11,95
Total	34.255.484,07	31.151.771,50	9,96

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2021.

As obrigações contratuais de despesa são reconhecidas nas contas de controle (grupo 8), e, as obrigações contratuais com Serviços representam cerca de 99,13% do total assumido pela UFOP. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados e o saldo a executar em 30/06/2021. Cabe ressaltar que o valor se refere à posição do contrato ao final do segundo trimestre e, como existem contratos continuados assinados ao longo do ano, os valores são variáveis.

O saldo de contratos vigentes cresceu 9,96% em relação a 31/12/2020, o que pode ser explicado em parte pela renovação de contratos no início do ano e da descontinuidade de outros contratos, como os serviços de restaurante universitário neste período de pandemia, além do lançamento de novos contratos que até o exercício anterior não haviam sido lançados.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

CONTRATADO	CNPJ	30/06/2021	R\$
			AV (%)
Lideranca Limpeza E Conservacao Ltda	00482840000138	7.588.633,18	22,15%
Adservi - Administradora De Servicos Ltda	02531343000108	4.415.658,79	12,89%
Construtora Agd Ltda	10651663000120	3.709.520,03	10,83%
Planejar Terceirizacao E Servicos Eireli	09169438000172	2.484.674,04	7,25%
Redentor Seguranca E Vigilancia Ltda - Epp	01696924000137	2.127.330,53	6,21%
Cemig Distribuicao S.A	06981180000116	1.830.303,65	5,34%
Mtec Energia Eireli	22310018000122	1.722.960,74	5,03%
Construtora Luta Ltda	28122720000149	1.397.454,13	4,08%
Construtora Vidigal Ltda	28860160000120	1.239.806,31	3,62%
Portal Turismo E Servicos Eireli	04595044000162	870.998,59	2,54%
S & M Conservacao E Limpeza Ltda	04350057000171	686.478,47	2,00%
Serpro - Sede - Brasilia	806030	654.460,67	1,91%
Gmt Construcoes E Restauo Eireli	20839680000149	537.759,28	1,57%
Limine Construtora - Eireli	11224481000135	532.483,65	1,55%
Ticket Solucoes Hdfgt S/A	03506307000157	480.735,36	1,40%
Sindicon Administracao De Servicos E Asseio Ltda	11406610000106	453.349,03	1,32%
Tecnoset Informatica Produtos E Servicos Ltda	64799539000135	437.598,13	1,28%
J.D.Gomes Grafica	29953180000108	317.514,26	0,93%
Sondart Sondagens, Fundacoes E Servicos Eireli	21975828000135	212.405,57	0,62%
Demais Obrigações Contratuais		2.555.359,66	7,46%
Total		34.255.484,07	100 %

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021.

Dos diversos fornecedores que a UFOP mantém contrato, cinco deles respondem por 59,34% de todas as obrigações contratuais de curto prazo, sendo estes contratos de terceirização de limpeza, portaria, segurança e manutenção. Outro contrato que gerará impacto para a Instituição foi firmado junto à empresa Mtec Energia Eireli, para instalação de usinas fotovoltaicas nos *campi* da Universidade.

Ainda em relação aos contratos da Instituição, com o avanço da pandemia do coronavírus na região, alguns contratos de serviços e obras foram suspensos por tempo indeterminado. Outros contratos não foram suspensos e tampouco estão sendo executados, como o do restaurante universitário do Campus Morro do Cruzeiro em Ouro Preto.

Na tabela a seguir estão relacionados os contratos que foram suspensos na UFOP durante o ano de 2020, parte sendo reestabelecido durante os anos de 2020 ou 2021 e outros, como os de serviços de alimentação, foram encerrados. Desta forma, como será observado no balanço orçamentário deste exercício, fica evidenciado a queda nas despesas correntes executadas em relação ao mesmo período dos anos anteriores.

Tabela 12 – Contratos Suspensos – Covid 19

Contratado	Nº Contrato	Objeto	Data Assinat.
Construtora AGD Ltda	004/2019	Obra do Centro Mineiro Metalúrgico	29/04/2020
Construtora AGD Ltda	046/2019	Instalação de bomba submersa e tubulação	13/04/2020
Trigoleve Industria e Comércio Ltda	029/2019	Fornecimento de refeições campus ICEA João Monlevade	06/05/2020
Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial Ltda	040/2019	Atualização e controle de bens e inventário patrimonial	04/05/2020
Fokus Informática e Microfilmagem Eireli	045/2019	Prestação de serviços de digitalização de documentos	01/06/2020
Carvalho e Duarte Acessórios para Veículos Ltda	044/2015	Prestação de serviços de manutenção de veículos com fornecimento de peças	01/06/2020
RP Empreendimentos	073/2016	Concessão de espaço para fins comerciais de cantina/lanchonete	02/06/2020
RP Empreendimentos	054/2015	Concessão de espaço da Escola de Minas para fins comerciais de cantina/lanchonete	02/06/2020
RP Empreendimentos	004/2020	Concessão de espaço do ICEB para fins comerciais de cantina/lanchonete	02/06/2020
Loja do MEC Papelaria	067/2017	Concessão de espaço para fins comerciais de papelaria	02/06/2020
Intermediar Serviços Ltda	008/2020	Prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas verdes	06/05/2020

Fonte: Coordenadoria de Suprimentos, 2021.

Nota 08 – Fornecedores e Demais Obrigações a Curto Prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante).

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

			R\$
	30/06/2021	31/12/2020	AV(%)
Nacionais	1.454.285,97	78.982,21	1841%
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	1.454.285,97	78.982,21	1841%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Em 30/06/2021, a UFOP apresentou um saldo relacionado a contas a pagar da Unidade Gestora 154046, a única existente na Universidade. O aumento expressivo pode ser justificado pela inscrição de poucos restos a pagar processados ao final de 2020.

A conta de fornecedores e contas a pagar do curto prazo é composta por fornecedores nacionais no primeiro semestre de 2021.

Já no que se refere às obrigações de curto prazo com pessoal, houve um aumento de 40,12% no primeiro semestre de 2021 em relação ao final do exercício anterior. Esse incremento pode ser explicado pela apropriação da primeira parcela do décimo terceiro salário dos servidores ao final de junho e que foram pagos no início de julho de 2021.

Tabela 14 – Obrigações Trabalhistas Prev. Assist. no curto prazo - Composição

	30/06/2021	31/12/2020	R\$ AV(%)
Pessoal a Pagar	47.577.173,73	33.820.882,48	40,67%
Benefícios Assistenciais e Encargos	493.574,78	486.478,47	1,46%
Total	48.070.748,51	34.307.360,95	40,12%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Já o subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” é o que representa o maior impacto nos passivos da UFOP ao final do primeiro semestre, corresponde por 40,34% das obrigações no curto prazo. Se comparado ao ano de 2020, houve um acréscimo de 8,28%.

O aumento neste grupo pode ser justificado pelo lançamento eventual da setorial contábil do MEC de Termos de Execução Descentralizados (TED's) recebidos pela UFOP e cadastrados na conta contábil 2189206 – Transferências Financeiras a Comprovar (TED). Trata-se de TED's em execução e/ou já finalizados e pendentes de comprovação.

Como existem termos já executados e com prestação de contas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC (SIMEC) aguardando análise do Órgão Concedente, os valores em 30/06/2021 podem não representar fidedignamente o saldo na conta de transferências financeiras a comprovar. Em relação aos TEDs vigentes ao final do exercício, destacam-se os termos relacionados a obras, instalação de usinas fotovoltaicas e programas de bolsas, conforme detalhado a seguir.

Tabela 15 – TEDs em execução

Nº TED	Unidade Gestora Concedente	Tipo / Objeto da despesa	Valor Descentralizado	Valor Executado	R\$ Vigência fim
5058	154003 / CAPES	Projeto Unificado de oferta de cursos no âmbito da UAB -Edital 75-2014	2.906.440,36	2.602.622,21	30/12/2021
8852	150011 / SESU	Apoio para aquisição de equipamentos e materiais permanentes	2.057.138,27	1.234.555,42	31/07/2021
9069	150011 / SESU	Bolsa de Residência em Saúde	1.398.780,60	1.139.007,03	30/01/2021
8337	150300 / Bolsa No País/Capes	PROAP 2019	1.404.118,27	1.029.835,41	30/04/2021
8914	150011 / SESU	Implantação de usinas fotovoltaicas	1.788.960,74	0,00	31/07/2021
9319	150011 / SESU	Emenda Parlamentar - Projeto POC	200.000,00	5.003,71	31/05/2021
9462	150304 / Educação à Distância – DED / CAPES	Mestrado Profissional em Ensino de Matemática	8.205,75	0,00	30/12/2023
9472	150011 / SESU	Combate a incêndio e pânico nos prédios – ICEB e RU	2.000.000,00	0,00	31/12/2021
9773	150011 / SESU	Ação de apoio a UFs sem Hosp. Univ.	1.244.000,00	0,00	31/12/2021
10016	150011 / SESU	Aquisição de Equipamentos TIC	306.208,00	0,00	30/06/2021

10116	150011 / SESU	Programa de Des. Preceptorial em Saúde	189.200,00	0,00	14/01/2022
10281	150011 / SESU	Bolsa de Residência em Saúde	527.540,11	270.430,92	31/01/2022

Fonte: SIMEC, 2021.

Em relação ao TED 8337, referente ao Programa de Apoio à Pós-graduação - PROAP 2019, justifica-se a continuidade da aplicação dos recursos durante o ano de 2020 e 2021 pelo não estabelecimento de um PROAP 2020, visto que, utilizou-se do mesmo instrumento para a execução do programa em 2020.

Nota 09 – Obrigações de Longo Prazo

Esse grupo compreende a incorporação de passivos de longo prazo à Instituição. No exercício de 2020 houve o lançamento de precatórios a pagar no valor de R\$ 402.837,94, e este saldo permanece no primeiro semestre de 2021. O valor se refere a precatórios a pagar de processo judicial de folha de pagamento e o lançamento foi realizado diretamente pela setorial do MEC.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores

As contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na tabela a seguir é apresentada a evolução dessa conta no ano de 2020 em comparação a 30/06/2021.

Tabela 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores

	R\$		
	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,10	637.247,11	-100
Total	0,10	637.247,11	-100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Os lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em 2020 se referem a incorporação dos ativos cadastrados como cessão de uso, comodato e outros, porém, até o fechamento do primeiro semestre de 2021 houve apenas um ajuste contábil do exercício passado.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos por descentralização compõe as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referentes ao primeiro semestre de 2021.

Receitas Orçamentárias

Nota 11 – Receitas Correntes/Capital

Tabela 17 – Receitas – Composição

Descrição	Prevista	Realizada	Realização (%)	(R\$)
				AV (%)
Receita Corrente	3.470.896,00	907.963,01	26,16	100,00
Receita de Capital	211.146.603,00	0,00	-	0,00
Total	214.617.499,00	502.331,86	0,42	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021.

O total de receitas arrecadadas (próprias) até o primeiro semestre de 2021 corresponde a 0,42% de toda receita prevista no exercício de 2021.

Cabe salientar que para o exercício de 2021 foi estimado uma receita de capital de R\$ 211.146.603,00, referentes a operações de crédito no mercado interno, por meio de títulos do Tesouro Nacional. Até o período não houve a efetivação de nenhuma operação de crédito, bem como não houve outra receita de capital.

Tabela 18 – Receitas Correntes – Composição

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	(R\$)		
			Receita Realizada até 30/06/2021	Realização (%)	AV (%)
Receita Patrimonial	1.185.534,00	1.185.534,00	182.268,32	15,37	20,07
Receita Industrial	2.019,00	2.019,00	50,00	2,48	0,01
Receita de Serviços	2.261.022,00	2.261.022,00	707.011,61	31,27	77,87
Outras Receitas Corr	22.321,00	22.321,00	18.633,08	83,48	2,05
Receitas Correntes	3.470.896,00	3.470.896,00	907.963,01	26,16	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021.

A arrecadação de Receitas de Serviços representa a maior parte da arrecadação própria e continua sendo a principal fonte de receitas próprias da UFOP. Neste grupo estão os serviços de estudos e pesquisas, especialmente aqueles arrecadados junto à fundação de apoio Gorceix.

A receita patrimonial constitui 20,07% das receitas próprias, e são provenientes de taxas pelo uso de espaços físicos na UFOP, tais como funcionamento de cantinas, bancos e para a utilização do centro de convenções da Universidade e outros espaços para eventos de

terceiros.

Já o valor arrecadado de receitas correntes no primeiro semestre de 2021 foi cerca de 37,19% menor do que no mesmo período de 2020. Isso demonstra o forte impacto na arrecadação da Instituição por ocasião da suspensão das atividades acadêmicas presenciais até o momento.

Tabela 19 – Receitas Correntes - evolução e impacto pandemia

Receitas Arrecadadas	R\$			
	2º Trimestre 2019	2º Trimestre 2020	2º Trimestre 2021	AH 2020/21 (%)
Receita Patrimonial	1.065.084,95	454.572,69	182.268,32	-59,90
Receita Industrial	2.983,01	757,00	50,00	-93,39
Receita de Serviços	1.485.415,68	939.991,29	707.011,61	-24,79
Outras Receitas Corr	182.124,38	50.249,61	18.633,08	-62,92
Total	2.735.608,02	1.445.570,59	907.963,01	-37,19

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021.

Despesas Orçamentárias

Nota 12 – Despesas Correntes / Capital

A movimentação de créditos da Universidade Federal de Ouro Preto, órgão 26277, decorre da dotação do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) e que foi aprovada apenas no segundo trimestre do exercício. O valor orçamentário previsto para o exercício foi de R\$ 462.762.091,00.

Conforme PLOA aprovado no congresso, para o exercício de 2021 a Universidade Federal de Ouro Preto sofreu uma redução de cerca de 18% nas dotações não obrigatórias, impactando as despesas correntes e de capital.

Da despesa atualizada, conforme tabela abaixo, executou-se 64,71%. Ressalta-se que a execução orçamentária representa a relação entre os valores empenhados e a dotação atualizada.

Tabela 20 – Execução Orçamentária – Despesas Correntes / Capital

Grupo Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Paga	R\$	
				Execução (%)	AV%
1 Pessoal e Encargos Sociais	393.513.437,00	259.503.020,35	161.466.794,25	65,95	86,65
3 Outras Despesas Correntes	67.947.712,00	39.979.383,35	12.738.090,46	58,84	13,35
4 Investimentos	1.368.218,00	280,00	280,00	0,02	0,00
Total	462.829.367,00	299.482.683,70	174.205.164,71	64,71	100

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021

Destaca-se que o gasto com servidores ativos, inativos e pensionistas empenhados em 2021 corresponde a aproximadamente 86,65% de todas as despesas orçamentárias da Instituição. Já as despesas empenhas com investimentos são menos de 0,01% do orçamento executado.

Em relação ao impacto da pandemia na execução das despesas pelo órgão, no que tange às despesas com pessoal, não houve retração de gastos, todavia, em relação às demais despesas

correntes, como aquelas relacionadas à área administrativa, a queda nas despesas liquidadas no primeiro semestre de 2021 em relação ao primeiro semestre do ano anterior foi de aproximadamente 40%.

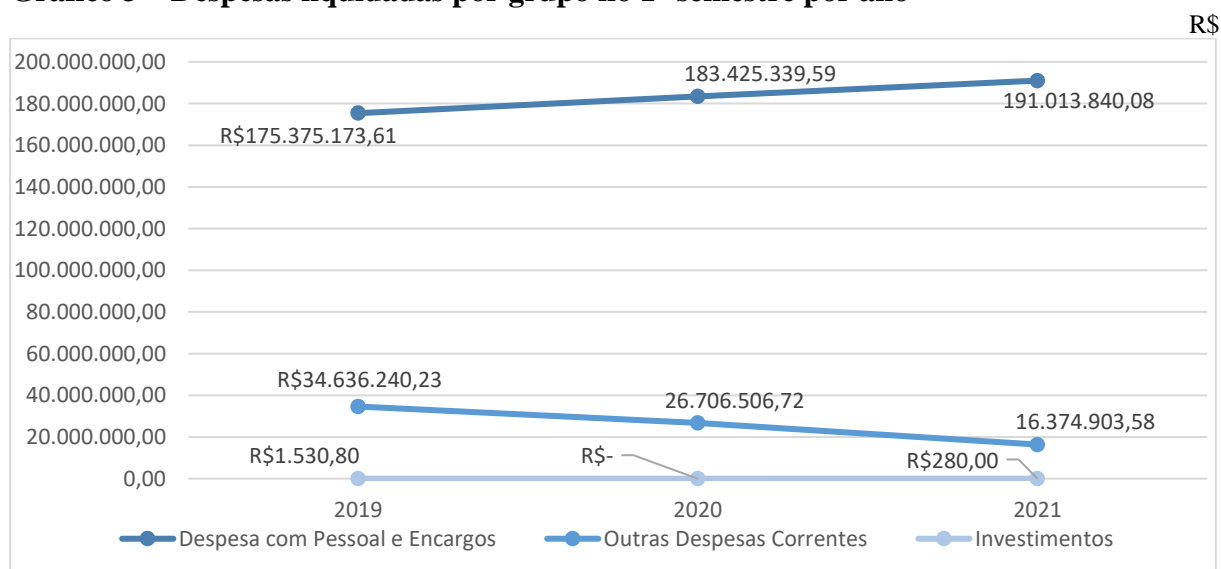
Conforme item 9.1.3 do acórdão do TCU nº 3225/2020 reproduzido a seguir, justifica-se a queda nos valores executados do orçamento de 2021, pela execução de restos a pagar inscritos em 2020, e que, a princípio, devem estar relacionados à pandemia:

“as dotações autorizadas com base no Regime Extraordinário Fiscal (EC 106/2020) devem seguir as regras gerais de empenho, liquidação e pagamento previstas na LDO 2020, na LRF, nos arts. 2º e 34 da Lei 4.320/1964 e no art. 27 do Decreto 93.872/1986, sendo **possível admitir, no caso de despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes cujo cumprimento do objeto esteja em curso ou apenas possa ocorrer em outro exercício**, flexibilização dessas regras em situações excepcionais, formalmente justificadas, nas quais fique caracterizado que a urgência no atendimento às necessidades da sociedade decorrentes da pandemia de Covid-19 seja incompatível com o regime regular de execução”

Ressalta-se ainda que, devido ao estoque elevado de restos a pagar inscritos em 2020, parte dos valores executados no primeiro semestre de 2021 estarão apresentados no grupo de restos a pagar não processados e liquidados em 2021, uma vez que houve incremento de mais de 50% dos restos liquidados no primeiro semestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este fato demonstra que existe um estoque de restos a pagar que está sendo utilizado para liquidar despesas do exercício financeiro seguinte, e, portanto, o balanço orçamentário **não representa fidedignamente** a execução orçamentária por competência nesta entidade.

Gráfico 3 – Despesas liquidadas por grupo no 1º semestre por ano



Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021

Em relação às despesas executadas com a COVID-19, para aquisição de equipamentos de proteção individual, material hospitalar, serviços etc., a UFOP aplicou um total de 0,85% das

despesas correntes em 2020 para o combate à pandemia. Em 2021 não houve despesa empenhada com o indicador ‘COVID-19’.

Tabela 21 – Gastos relacionados a COVID-19

DETALHAMENTO DA DESPESA	Despesa Paga 2020	R\$ AV%
Material de Consumo	420.246,13	93,03
Serviços de Terceiros	21.543,10	4,77
Bens Móveis	9.950,00	2,20
Total	451.739,23	100

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021

Nota 13 – Execução dos Restos a Pagar

Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém, pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2020 foram inscritos e reinscritos em RPNP um valor de R\$ 30.438.220,23, sendo, que 87,63% são referentes a despesas empenhadas no ano de 2020, enquanto os demais 12,37% foram reinscritos do exercício de 2019.

Os restos a pagar com o indicador ‘COVID-19’ totalizaram R\$ 370.619,80, ou seja, corresponde a apenas 1,2% dos restos a pagar não processados e inscritos em 2020. A maior parcela se refere à contratação de serviço de confecção e instalação de sistema de sinalização na UFOP, contratado pelo valor de R\$ 342.000,00.

Tabela 22 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos ao final de 2020

	2020	R\$ AV%
RPNP Inscritos e Reinscritos		
RPNP inscritos no exercício	26.673.087,50	87,63
RPNP inscritos em exercícios anteriores	3.765.132,73	12,37
TOTAL	30.438.220,23	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Em relação à execução dos restos a pagar, foram cancelados até 30/06/2021 cerca de 0,002% dos RPNP inscritos. Foram pagos no primeiro semestre de 2021 um percentual de 52,77% dos restos a pagar inscritos no exercício anterior.

Tabela 23 – Execução de Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos x cancelados e pagos

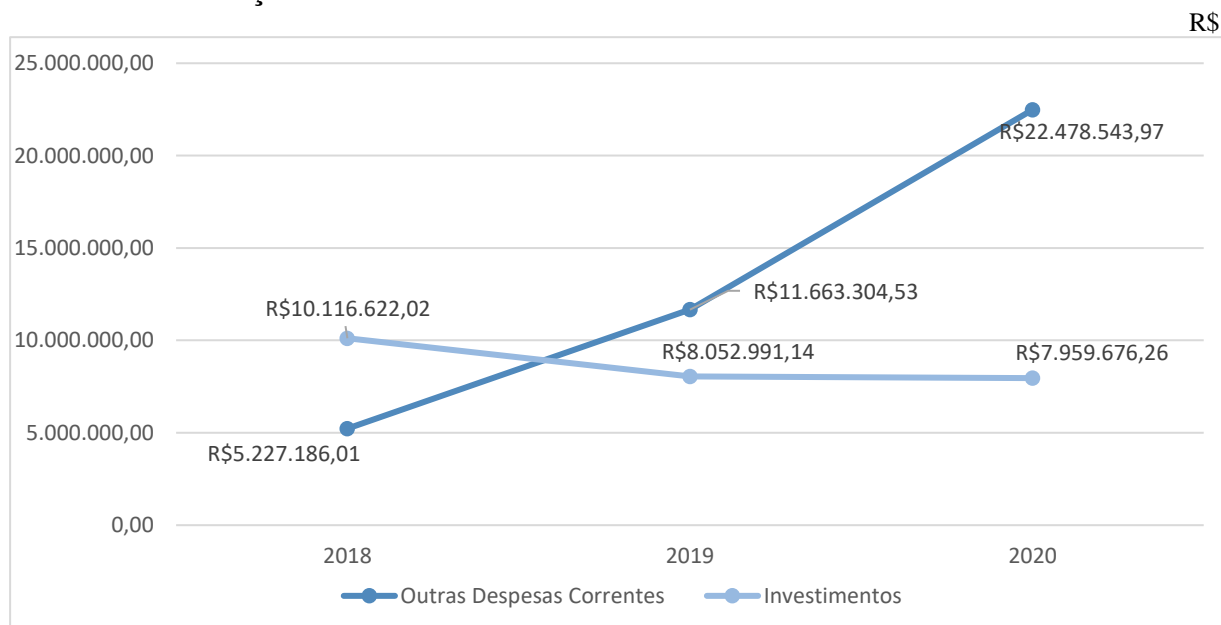
	R\$	
	2020	2º Tri 2021
RPNP Inscritos e Reinscritos		
RPNP inscritos no exercício	26.673.087,50	
RPNP inscritos em exercícios anteriores	3.765.132,73	
Total	30.438.220,23	
RP não processados cancelados		(2.454,72)
Total RPNP a Pagar		30.435.765,51
RPNP pagos em 2021		(16.062.117,46)
Total RPNP a Pagar em 2021		14.373.648,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Já no que tange aos restos a pagar por grupo de despesa, 73,85% dos restos a pagar inscritos em 2020 são provenientes de despesas correntes, enquanto 26,15% se referem às despesas de capital. Ainda em relação aos restos a pagar reinscritos em 2020, esses são em sua maioria (74,64%) de despesas de capital.

Em relação aos restos a pagar não processados inscritos ao final de 2020, destaca-se que, o incremento dos valores não processados de despesas correntes corresponde a aproximadamente 30% das despesas empenhadas no ano.

Gráfico 4 – Evolução dos RPNP inscritos



Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2021

Em uma análise combinada com a DVP, é possível constatar que o valor não executado por ocasião da paralisação das atividades institucionais, acarretou o aumento do estoque de restos a pagar inscritos em 2020, além de representar uma queda de aproximadamente 30% na execução de serviços e materiais em relação ao período pré-pandemia.

Já no que tange aos restos a pagar processados, houve a inscrição de despesas com pessoal, em sua maioria referentes à folha de pagamento de dezembro de 2020, e que foram pagas no início de 2021. O valor de RPP totalizou R\$ 26.502.507,72, sendo que 99,77% são despesas correntes.

Tabela 24 – Restos a Pagar Processados Inscritos em 2020 e executados em 2021

			R\$
RPP Inscritos	2020	Exec. até 2º Tri 2021	AV%
RPP inscritos despesas correntes	26.433.284,63	26.433.284,63	99,77
RPP inscritos despesas capital	69.223,09	69.223,09	0,23
TOTAL	26.502.507,72	26.502.507,72	100

Fonte: Tesouro Gerencial 2021

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFOP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFOP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2021 foi deficitário, ou seja, as variações patrimoniais diminutivas foram superiores às variações aumentativas, resultado este impactado principalmente pelo crescimento das despesas com pessoal e aposentadorias.

Tabela 25 – VPA x VPD – Detalhamento

26277 - Universidade Federal de Ouro Preto

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

	30/06/2021	30/06/2020	AH	AV - 06/21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	230.911.386,62	220.997.806,84	4,49%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	889.329,93	1.407.763,87	-36,83%	0,39%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	220.590.772,69	216.616.314,86	1,83%	95,53%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.382.540,74	2.889.620,64	224,70%	4,06%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	48.743,26	84.107,47	-42,05%	0,02%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	239.465.128,07	234.604.849,11	2,07%	103,70%
Pessoal e Encargos	151.293.784,28	148.630.396,09	1,79%	65,52%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.051.792,31	52.916.465,26	2,15%	23,41%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.345.447,31	18.265.737,43	-5,04%	7,51%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	12.733,67	-100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	816.888,85	1.625.368,40	49,74%	0,35%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.190.784,34	3.483.326,97	77,73%	2,68%
Tributárias	1.024.948,87	1.221.937,40	-16,12%	0,44%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.741.482,11	8.448.883,89	3,46%	3,79%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(8.553.741,45)	(13.607.042,27)	-37,14%	-3,70%

Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade, 2021

Variações Patrimoniais Aumentativas

Nota 14 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Essa conta registra as variações patrimoniais com a prestação de serviços, que resultem em aumento de patrimônio líquido, independentemente de ingresso financeiro. O item sofreu uma variação negativa de 36,83% em relação a 2020.

Essa diminuição se deve à queda de arrecadação no período da pandemia, especialmente no que tange aos valores oriundos de taxa de serviços de alimentação por ocasião do fechamento do restaurante universitário. Em relação às receitas patrimoniais, destaca-se o fechamento por

ocasião da pandemia do Centro de Artes e Convenções da UFOP, espaço que gerava receita pela cessão de uso. As receitas patrimoniais a partir de abril de 2020 se concentraram na cessão de uso do espaço para os bancos e cantinas instalados nos *campi*.

Nota 15 - Transferências e Delegações Recebidas

Essa conta registra as variações patrimoniais com transferências intergovernamentais, intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferência de convênios, transferência do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

O crescimento em relação a 2020 se deu em maior parte para cobrir com as despesas com pessoal. Esse grupo é a principal fonte de ingressos da UFOP, e se refere a VPAs de transferências financeiras do Ministério da Educação, correspondente ao orçamento anual para manutenção da atividade no exercício corrente.

Nota 16 – Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos

Neste grupo são demonstradas as variações patrimoniais de acertos realizados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC). Assim como explicado nas notas explicativas do balanço patrimonial, houve lançamentos em contas do passivo referentes a prestações de contas pendentes junto ao MEC. Deste modo, existem valores lançados como VPA neste subgrupo que são provenientes de desincorporações desses passivos, seja por motivo de aprovação da prestação de contas ou de acertos contábeis.

Todavia, o aumento expressivo ocorrido nessa conta em 2021 é justificado pelo lançamento de bens móveis em comodato no ativo da instituição, que gerou uma VPA neste grupo.

Nota 17 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Esse grupo compreende as variações patrimoniais que não são qualificadas e/ou incluídas nos demais grupos de variações patrimoniais aumentativas. No caso da UFOP o maior volume desses registros é oriundo de “restituições” diversas, tais como: devolução de convênios etc.

O grupo sofreu uma variação negativa, mas representa apenas 0,01% do total das VPA. O valor é flutuante durante o ano, visto que devoluções ocorrem apenas em situações esporádicas.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Nota 18 – Pessoal e Encargos

Esse grupo compreende a remuneração do pessoal civil da UFOP, tais como: subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias fixas ou variáveis, obrigações trabalhistas de responsabilidade da UFOP incidente sobre a folha de pagamento etc.

Esse item corresponde até a data de 30/06/2021 por aproximadamente 65% das VPDs. Se comparado ao mesmo período de 2020, houve um aumento de 1,79%, em decorrência de progressões nas carreiras dos servidores e novos servidores nomeados.

Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Esse grupo compreende a remuneração do pessoal inativo da UFOP (aposentados e pensionistas), bem como as despesas com assistência à saúde dos servidores ativos e inativos, auxílio natalidade e auxílio funeral.

Esse item é o que representa o segundo maior grupo de despesas da UFOP. Se comparado ao mesmo período de 2020, houve um aumento de 2,15%, que se justifica pela concessão de novos benefícios previdenciários na UFOP, em especial aposentadoria de servidores.

Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Estão englobadas neste grupo as despesas com a manutenção da máquina pública, tais como a utilização de insumos, a contratação de serviços de terceiros, depreciação do patrimônio etc.

Esse item representa as despesas com manutenção das atividades administrativas do órgão. Em 2021 esse grupo sofreu retração de 5,04% em relação ao mesmo período de 2020. Os valores de depreciação e amortização do exercício também se incluem neste grupo.

Tabela 26 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - composição

	30/06/2021 (R\$)	30/06/2020 (R\$)	R\$ AH%
Uso de Materiais de Consumo	482.847,85	501.344,78	-3,69
Serviços	13.899.005,55	14.617.708,38	-4,92
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.963.583,91	3.146.684,27	-5,82
Total	17.345.437,31	18.265.737,43	-5,04

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Ainda sobre os impactos da redução orçamentária nas despesas da Instituição, observa-se que o item “Serviços” recuou 4,92% em relação ao primeiro semestre de 2020, sendo que neste grupo estão inseridos os serviços de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) para a continuidade das atividades administrativas da UFOP.

Em relação a 2020, o item “Uso de Materiais de Consumo” também sofreu retração, todavia, cabe lembrar que foram executados R\$ 420.246,13 apenas com materiais de combate a COVID-19 no ano anterior.

Portanto, em despesas não-COVID, houve retração no valor executado com materiais, impactado também pela readequação nos contratos de manutenção predial e limpeza, que passaram a ser contratados como “serviços com fornecimento de materiais”, e, portanto, estão sendo executados no item de “serviços”.

Já o subgrupo de depreciação, amortização e exaustão apresentou retração de 5,82% em relação ao acumulado até 30/06/2021, proveniente das atualizações nos critérios de depreciação dos bens imóveis no sistema SPIUNet e por limitações técnicas do sistema SAP na gestão patrimonial e no cálculo da depreciação segundo as NBCs.

Nota 21 – Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos

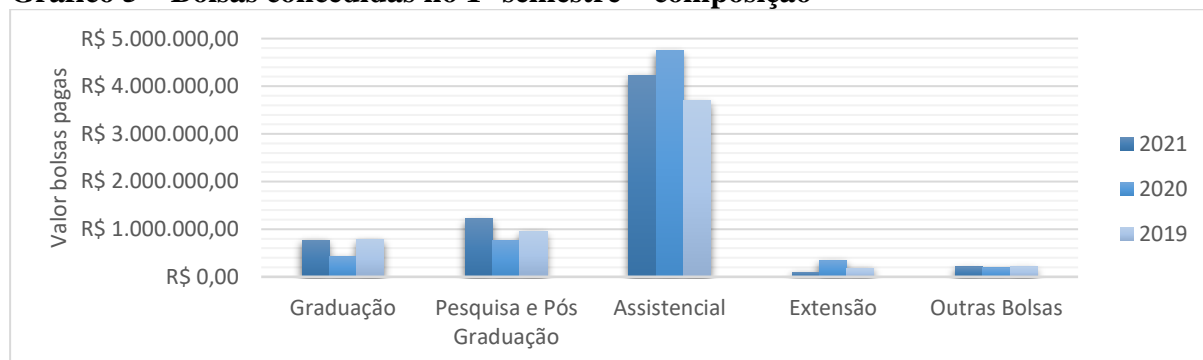
Os valores executados em 2021 sofreram variação positiva em relação a 2020, e, conforme esclarecido nas notas do Balanço Patrimonial, é composto em sua maior parte de lançamentos da setorial contábil do MEC de Termos de Execução Descentralizados (TEDs) recebidos pela UFOP.

Nota 22 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras VPDs são os valores executados com bolsas diversas, auxílio financeiro a pesquisadores e outras sem especificação anterior. Este item corresponde por 3,42% das VPDs.

O valor total dispendido com bolsas no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 6.529.914,22, um avanço de aproximadamente 12% em comparação a 2019, e 0,5% em relação a 2020. Verifica-se que os valores executados com bolsas assistenciais respondem pelos maiores incentivos junto aos discentes da instituição. Para o primeiro semestre de 2021, observa-se a tendência nos valores executados em relação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 5 – Bolsas concedidas no 1º semestre – composição



Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

O crescimento nos pagamentos com assistência estudantil e atividades extensionistas em relação a 2019 evidencia as medidas de proteção social à comunidade acadêmica e o apoio à sociedade em decorrência da pandemia por parte da UFOP. Em relação às bolsas de graduação, pesquisa e pós-graduação em 2020 os valores executados foram menores, visto que as atividades de ensino estiveram paralisadas por parte do exercício, porém, em 2021 reverteu-se essa tendência.

Sobre as bolsas assistenciais, outro fato relevante que impactou o aumento durante 2020 e 2021 está relacionado à paralisação do restaurante universitário. Houve permuta entre o pagamento da empresa Nutrir Refeições, gestora do RU, e as bolsas de alimentação em pecúnia.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Como demonstrado pelas tabelas a seguir, através de duas metodologias de cálculo, o resultado financeiro do primeiro semestre de 2021 da Universidade Federal de Ouro Preto apresentou variação negativa.

Tabela 27 – Resultado Financeiro – Metodologia de cálculo 1

	R\$	
	30/06/2021	30/06/2020
Receita Orçamentária	907.963,01	1.445.570,59
Despesa Orçamentária	299.482.683,70	385.231.365,55
Transferências Financeiras Recebidas	220.480.604,99	216.611.443,12
Transferências Financeiras Concedidas	31.288,18	953.650,41
Recebimentos Extraorçamentários	125.550.830,55	209.696.036,46
Despesas Extraorçamentárias	42.795.551,56	40.279.505,72
Resultado Financeiro do Exercício	4.629.875,11	1.288.528,49

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Tabela 28 – Resultado Financeiro – Metodologia de cálculo 2

	R\$	
	30/06/2021	30/06/2020
Dispêndios		
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	33.262.272,41	35.614.254,72
Ingressos		
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	28.632.397,30	34.325.726,23
(=) Resultado Financeiro	4.629.875,11	1.288.528,49

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Analisando de maneira detalhada os itens que compõem o Balanço Financeiro, apresenta-se as tabelas a seguir com o comparativo dos ingressos e dispêndios dos dois últimos exercícios:

Tabela 29 – Total de Ingressos

	R\$			
INGRESSOS	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AH%
Receitas Orçamentárias	907.963,01	0,24	1.445.570,59	-37,19
Transferências Financeiras Recebidas	220.480.604,99	58,71	216.611.443,12	1,79
Recebimentos Extraorçamentários	125.550.830,55	33,43	209.696.036,46	-40,13
Saldo do Exercício Anterior: Caixa / Equivalente Cx	28.632.397,30	7,62	34.325.726,23	-16,59
TOTAL	375.571.795,85	100,00	462.078.776,40	-18,72

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As receitas arrecadadas (Receitas Orçamentárias) tiveram um decréscimo de 37% em relação ao mesmo período de 2020, demonstrando o impacto da pandemia na arrecadação da Instituição detalhada no balanço orçamentário.

As transferências financeiras recebidas são compostas, em sua quase totalidade, por repasses financeiros recebidos do MEC, e respondem por 58,71% dos ingressos financeiros do período.

Cabe ressaltar que apesar de as transferências financeiras estarem estáveis em termos absolutos, o recurso teve alteração parcial em sua destinação, uma vez que os gastos com pessoal cresceram enquanto os demais gastos correntes sofreram retração.

Os valores relativos a recebimentos extraorçamentários, que compõem 33,43% do total dos ingressos sofreram retração em relação a 2020, visto que nele estão inseridos os valores das despesas empenhadas que serão desembolsos futuros e, como a LOA foi aprovada apenas no segundo trimestre, e ainda persistem bloqueios orçamentários vigentes, parte da despesa que já estaria empenhada neste período ainda não foi lançada. A maior parte se trata de desembolsos futuros com pessoal.

Quanto ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a variação positiva de 259% em relação ao exercício anterior está relacionada a questões cíclicas, e acompanha os repasses do MEC de acordo com as despesas liquidadas no período.

Tabela 30 – Total de Dispêndios

	R\$			
DISPENDIOS	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AH%
Despesas Orçamentárias	299.482.683,70	79,74	385.231.365,55	-22,26
Transferências Financeiras Concedidas	31.288,18	0,01	953.650,41	-96,72
Despesas Extraorçamentários	42.795.551,56	11,39	40.279.505,72	6,25
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equiv. de Caixa	33.262.272,41	8,86	35.614.254,72	-6,60
TOTAL	375.571.795,85	100,00	462.078.776,40	-18,72

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As despesas orçamentárias realizadas (empenhadas), que compõem 79,74% do total dos dispêndios tiveram retração de 22,26% por ocasião do atraso na aprovação da LOA e dos bloqueios orçamentários que ainda persistem.

Já as transferências financeiras concedidas, variaram negativamente 97% em relação a 2020 - neste grupo estão os repasses devolvidos pela UFOP e movimentos de saldos patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de auxiliar no gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foi feita pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas às ações públicas da UFOP e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento. Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A geração líquida de caixa da UFOP no primeiro semestre de 2021 foi positiva decorrente da movimentação de caixa entre suas atividades operacionais e de investimentos, apresentando a manutenção do fluxo superavitário em relação ao exercício de 2020.

Tabela 31 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final

	R\$		
RESULTADO FINANCEIRO DFC X BF	30/06/2021	30/06/2020	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	33.262.272,41	35.614.254,72	-6,60
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	28.632.397,30	34.325.726,23	-16,59
Geração Líquida De Caixa E Eq. De Caixa	4.629.875,11	1.288.528,49	259,31

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Ao confrontar as entradas e as saídas de caixa por atividades, é possível identificar que as atividades operacionais tiveram resultado positivo, enquanto as atividades de investimento foram deficitárias. Não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento.

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades

	R\$		
ATIVIDADES	30/06/2021	30/06/2020	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	6.022.319,03	5.938.362,14	1,41
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-1.392.443,92	-4.649.833,65	-70,05
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	
TOTAL	4.629.875,11	1.288.528,49	259,31

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 23 – Atividades Operacionais

Em relação aos ingressos das atividades operacionais, destaca-se que a UFOP é uma Autarquia Federal que depende de recursos federais para cumprir a sua missão pública, sendo que sua arrecadação própria tem origem em serviços prestados ao longo do exercício. Entretanto, do total de entradas de caixa na UFOP no primeiro semestre de 2021 para a

execução de atividades operacionais, 99,59% são decorrentes de recursos recebidos de órgãos federais, principalmente do Ministério da Educação por meio de transferências financeiras. Pouco menos de 0,5% são decorrentes de arrecadação própria ou de convênios com órgãos de outras esferas públicas ou instituições privadas.

Tabela 33 – Ingressos das Atividades Operacionais

				R\$
INGRESSOS	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AH%
Receitas Derivadas e Originárias	907.963,01	0,49	1.445.570,59	-37,19
Outros Ingressos das Operações	220.745.916,55	99,51	216.772.666,89	1,83
TOTAL	221.653.879,56	100,00	218.218.237,48	1,57

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Tabela 34 – Outros Ingressos das Operações – Composição

				R\$
OUTROS INGRESSOS DAS OPERAÇÕES	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AH%
Ingressos Extraorçamentários	235.201,38	0,11	46.272,24	408,30
Transferências Financeiras Recebidas	220.480.604,99	99,88	216.611.443,12	1,79
Arrecadação de Outra Unidade	30.110,18	0,01	33.857,86	-11,07
Demais Recebimentos	0,00	0,00	81.093,67	-100
TOTAL	220.745.916,55	100,00	216.772.666,89	1,83

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Como se observa, as transferências financeiras recebidas correspondem a 99,88% desses ingressos, pelo fato de, como dito, as receitas próprias da UFOP serem insuficientes para sua manutenção. Os ingressos de transferências financeiras praticamente não sofreram alteração em relação ao ano anterior.

Analisando o fluxo dos desembolsos da instituição, nota-se que os pagamentos realizados são classificados por função do governo. Na tabela a seguir evidencia-se que a maior parte dos recursos empregados na UFOP são relacionados às funções Educação e Previdência Social, que juntas respondem por 88,30% do total de desembolsos. Os desembolsos relativos às despesas com o grupo “pessoal e demais despesas” observaram acréscimo em relação ao mesmo período de 2020.

A função Educação apresentou o valor mais significativo no período analisado, tendo uma variação positiva de 0,87%, estimulada pela retração nos gastos administrativos, mas abarcando 65,93% do total de desembolsos, o que denota o cumprimento do objeto da UFOP enquanto instituição de ensino.

Já a função previdência social cresceu 2,85% em 2021, atrelado ao aumento do número de benefícios concedidos (aposentadoria, pensões).

Tabela 35 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

R\$				
DESEMBOLSOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AH%
Pessoal e Demais Despesas	-190.402.278,69	88,30	-187.885.545,23	1,34
Previdência Social	-48.060.122,47	22,29	-46.728.753,28	2,85
Saúde	-165.944,81	0,08	-211.635,63	-21,59
Educação	-142.169.371,85	65,93	-140.948.515,95	0,87
Cultura	-9.000,00	0,00	-9.848,10	-8,61
Encargos Especiais	-5.839,56	0,00	-6.072,88	-3,84
(+/-) Ordens Bancárias não sacadas – Cartão de Pagamento	8.000,00	0,00	19.280,61	-58,51
Transferências Concedidas	-24.967.067,28	11,58	-23.403.338,46	6,68
Intragovernamentais	-24.491.176,67	11,36	-22.983.011,97	6,56
Outras Transferências Concedidas	-475.890,61	0,22	-420.326,49	13,22
Outros Desembolsos das Operações	-262.214,56	0,12	-990.991,65	-73,54
Dispêndios Extraorçamentários	-230.926,38	0,11	-37.341,24	518,42
Transferências Financeiras Concedidas	-31.288,18	0,01	-953.650,41	-96,72
TOTAL	-215.631.560,53	100,00	-212.279.875,34	1,58

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 24 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital na UFOP compreendem a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), por meio de leilões. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento verifica-se que a UFOP apresentou déficit decorrente de desembolsos para aquisição e construção de ativos de longo prazo. No período não houve receitas de capital. Observa-se que houve diminuição nos investimentos em ativos não circulantes no primeiro semestre de 2021.

Tabela 36 – Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos

R\$			
Fluxos De Caixa Das Ativ. De Investimentos	30/06/2021	30/06/2020	AH%
INGRESSOS	0,00	0,00	-
Alienação de Bens	0,00	0,00	-
DESEMBOLSOS	-1.392.443,92	-4.649.833,65	-70,05
Aquisição de Ativos não Circulantes	-1.309.443,92	-4.576.833,65	-71,39
Outros Desembolsos de Investimentos	-83.000,00	-73.000,00	13,70
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-1.392.443,92	-4.649.833,65	-70,05

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020